

DEMOCRACIA E LUTA

Jornal do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru e Região – Sinserm

Julho de 2022, Bauru – SP

ANO XXIV – Nº 238



E AGORA, SUÉLLEN?

Foto: Câmara Municipal de Bauru

A Câmara Municipal de Bauru aprovou, no dia 20 de junho, durante a 20ª Sessão Ordinária do ano, a instauração de uma Comissão Processante (CP) contra a prefeita Suéllen Rosim (PSC), com base na denúncia do munícipe Elias Brandão. A instauração é uma reviravolta no cenário político que, até então, parecia favorável à chefe do Executivo. Suéllen tem até o dia 4 de julho para apresentar sua defesa e, a partir de então, os vereadores decidirão pelo prosseguimento do processo ou arquivamento da denúncia.

No dia 13 de junho, os vereadores haviam rejeitado o relatório final da Comissão Especial de Inquérito (CEI), que investigava as desapropriações de imóveis por quase R\$ 35 milhões para uso da Secretaria Municipal de Educação. Na ocasião, o vereador Eduardo Borgo (PMB) também retirou o pedido de instauração de uma Comissão Processante (CP) contra a prefeita Suéllen Rosim – ele discordou da objeção dos demais parlamentares à participação dele na discussão sobre a instauração da CP. De acordo com o Regimento Interno da Casa legislativa, Borgo não poderia votar pela abertura do pedido, já que o parlamentar foi autor da denúncia.

O pedido de instauração da CP foi protocolado na Câmara Municipal pelo vereador no dia 8 de junho, por infrações político-administrativas supostamente cometidas pela prefeita, em razão das compras de imóveis, expostas no relatório final da 'CEI da Educação'. Borgo justificou que Suéllen adquiriu os imóveis sem o procedimento licitatório devido; sem a comprovação da individualidade e especificidade de cada um deles, além de alterar a finalidade após desapropriações ocorridas, caracterizando prejuízo ao erário público através da negligência administrativa e a inobservância das regras contidas no Decreto-Lei n.º 201/67, incisos VII, VIII e X.

CEI da Educação

Elaborado após quatro meses de trabalhos, 34 depoimentos e mais de 40 horas de gravações, o documento apontou supostos delitos sido cometidos pela chefe do Executivo, como crime de responsabilidade, falsidade ideológica e emprego irregular de verbas públicas durante os processos de desapropriação.

Os integrantes da CEI chegaram a aprovar o relatório preliminar na manhã do dia 7 de junho, quando os vereadores Eduardo Borgo (PMB), Chiara Ranieri (União Brasil) e Júnior Lokadora (PP) votaram a favor do documento. Serginho Brum (PDT) e Manoel Losila (MDB) foram contra.

9x7

No plenário da Câmara, os vereadores rejeitaram o relatório final da CEI por nove votos a sete no dia 13 de junho. Votaram contra Serginho Brum (PDT), Pastor Edson Miguel (Republicanos), Miltinho Sardin (PTB), Marcelo Afonso (Patriota), Junior Rodrigues (PSD), Beto Móveis (Cidadania), Mané Losila (MDB), Pastor Bira (Podemos) e Julio Cesar (PP). Chiara Ranieri (União Brasil), Junior Lokadora (PP), Coronel Meira (União Brasil), José Roberto Segalla (União Brasil), Estela Almagro (PT), Eduardo Borgo (PMB) e Guilherme Berriel (MDB) foram favoráveis ao relatório. O presidente da Casa, Markinho Souza (PSDB), só se manifestaria em caso de empate.

Reviravolta

Ocorre que no dia 20 de junho, o Plenário da Casa de Leis acolheu a denúncia apresentada pelo munícipe Elias Brandão, que pediu a instauração de Comissão Processante (CP) para apurar eventuais infrações político-administrativas praticadas pela chefe do Executivo, pela utilização de verbas públicas para aquisição de bens imóveis da Secretaria Municipal de Educação.

Com a ausência de Mané Losila (MDB) e a mudança de voto do vereador Pastor Bira, os parlamentares formaram maioria pela instauração da CP. Na ocasião, além de Bira, votaram sim: Coronel Meira, Chiara Ranieri, Junior Lokadora, Estela Almagro, Guilherme Berriel, José Roberto Segalla e Eduardo Borgo, enquanto Beto Móveis, Pastor Edson Miguel, Julio Cesar, Marcelo Afonso, Miltinho Sardin, Serginho Brum e Junior Rodrigues

optaram pelo não. O presidente Markinho Souza (PSDB), novamente, só se manifestaria em caso de empate.

Após a instauração da CP, um sorteio foi realizado para definir os membros da Comissão. Chiara Ranieri preside os trabalhos e Guilherme Berriel é relator. O vereador Julio Cesar também foi sorteado e é o terceiro membro do colegiado.

Primeiras reuniões

A primeira reunião da Comissão Processante foi realizada no dia 21 de junho. Foi lida a portaria que designou os membros da comissão e autorizou o início dos trabalhos, o artigo 4º do Decreto-lei n.º 201/1967 – que rege também o rito para a condução das atividades e o artigo 5º da mesma norma federal.

O consultor jurídico da Câmara, Arildo Lima Jr, explicou que, tendo em vista a Lei Federal n.º 9.784/99, os prazos nos processos administrativos são contados em dias corridos – desconsiderando o dia de início e considerando o último dia do prazo. Sendo assim, após o recebimento da notificação e denúncia, a prefeita tem dez dias, até 4 de julho, para encaminhar à comissão uma defesa prévia, indicar provas e até dez testemunhas de defesa, que serão ouvidas pela comissão.

A presidente Chiara Ranieri pontuou que o prazo de depoimentos terá início em 17 de julho e término em 12 de agosto, respeitando o horário de funcionamento do Poder Legislativo, exceto aos sábados, domingos, feriados, pontos facultativos e às segundas-feiras – dia de sessão legislativa.

A segunda reunião aconteceu no dia 23 de junho. Chiara Ranieri registrou as inúmeras tentativas de contato com a prefeita Suéllen Rosim, para efetivação da notificação da CP, todas frustradas. Diante da dificuldade para entregar a notificação à chefe do Executivo, Chiara solicitou que o vereador Julio Cesar realizasse a leitura do artigo 5º, inciso 3º do Decreto-lei n.º 201/67, que versa a respeito da notificação do denunciado.

Consultado, Arildo Lima Jr., que responde pelo jurídico da Casa, informou que, por precaução, compreendia que ser melhor realizar a notificação de maneira presencial. “Haja vista todo cuidado e cautela necessários, principalmente no que diz respeito à forma e como se dará os atos processuais de condução do processo da Comissão Processante pelos senhores”, pontuou Lima Jr.

Após muitas tentativas, Suéllen foi notificada oficialmente sobre a Comissão Processante na manhã do dia 24 de junho, sexta-feira.

Próximos passos

Agora a prefeita Suéllen Rosim tem até o dia 4 de julho para apresentar sua defesa. De posse da defesa, os membros da CP deverão opinar pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia. Em caso de arquivamento, a decisão deverá ser validada pelo Plenário.

Caso o processo tenha continuidade, a presidente Chiara Ranieri poderá determinar atos, diligências e audiências para o depoimento da denunciada e inquirição das testemunhas. Ao final, a comissão se manifestará pela cassação ou não do mandato da prefeita Suéllen Rosim. A decisão final, entretanto, cabe ao Plenário, a partir de maioria qualificada (12 votos). O prazo para conclusão dos trabalhos é de até 90 dias corridos.



©MORTARAPHAEL



SINSERM E EMDURB RETOMAM NEGOCIAÇÕES SOBRE O ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

No dia 14 de junho, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sinserm) se reuniu com o novo presidente da Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru (Emdurb) para discutir o acordo coletivo de trabalho para os anos de 2022 a 2024. Além da diretoria do sindicato e o presidente da empresa, participaram também os diretor Administrativo e Financeiro, Fábio Vieira, e de Limpeza Pública, Fabiano de Almeida Serpa.

No começo do ano, o Sinserm iniciou as tratativas sobre o acordo com o então presidente Luiz Carlos da Costa Valle. Com a saída de vale, o sindicato solicitou uma nova reunião com o novo empossado, para apresentar as reivindicações da categoria. Ele apresentou a atual situação da Emdurb e os desafios financeiros que a empresa enfrenta, bem como os estudos que estão sendo realizados para sanar os problemas.

Além das cláusulas financeiras e sociais, reivindicamos, sobretudo, condições de trabalho dignas, como a manutenção preventiva dos caminhões da coleta de lixo e o mínimo de quatro coletores por equipe. Serpa explicou que um novo formato de trabalho está sendo desenhado pelo departamento, a fim de otimizar a coleta, amenizar a sobrecarga para os trabalhadores e permitir que haja tempo hábil para realizar a manutenção dos carros.

Este formato, segundo ele, está em vias de finalização. Tão logo seja aprovado pela Administração, o novo formato deve ser divulgado através dos canais da prefeitura, da Emdurb e pela imprensa.

O presidente assumiu o compromisso de analisar a minuta apresentada pelo Sinserm e promover uma nova reunião dentro de 15 dias para responder às cláusulas do documento.

Faça parte do grupo de notícias do Sinserm no WhatsApp e fique por dentro de tudo que acontece no funcionalismo público.



Acompanhe o trabalho do Sinserm no nosso portal

SINSERM.COM.BR/



SINSERM



SIGA O SINSERM NO INSTAGRAM!



Foto: Aceituno Jr.

VALE-COMPRAS: DESGASTADA, SUÉLLEN UTILIZA RECURSOS PÚBLICOS PARA CRIAR CORTINA DE FUMAÇA

Em meio a um dos momentos de maior fragilidade de sua gestão, a prefeita Suéllen Rosim, tenta a todo custo buscar popularidade onde não tem. De portas fechadas para o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm) desde o início da Campanha Salarial de 2022, Suéllen não dialoga com a categoria e toma decisões unilaterais de maneira autoritária. Ameaçada pela Comissão Processante (CP) da Câmara Municipal que pode cassar seu mandato, a chefe do Executivo recorreu recentemente a uma manobra populista ao prometer um suposto reajuste no vale-compras dos servidores. Ao anunciar a medida, a prefeita não deixou claro para a categoria que, na verdade, trata-se de um adiantamento dos reajustes que viriam nos próximos dois anos e com isso, o valor do benefício poderá ficar congelado em 2023 e 2024.

Além da narrativa desonesta, o adiantamento é matematicamente perverso. Com a alta constante da inflação, o poder de compra dos brasileiros diminui a cada mês. Isso significa que ao fim de 2024, o valor depositado no vale-compras estará muito desvalorizado... Em outras palavras, o dinheiro valerá bem menos do que vale hoje. Uma estratégia custeada com recursos públicos para desviar a atenção dos servidores.

No início do ano, em meio à Campanha Salarial, o sindicato procurou a prefeita para dialogar sobre o dissídio e apresentar as cláusulas econômicas deliberadas pelos servidores em assembleia. Suéllen se negou a estabelecer diálogo sobre qualquer aspecto da pauta de reivindicações. A tratativa era imprescindível para que a prefeita compreendesse que apenas o reajuste salarial de 15% faria justiça aos servidores ativos e inativos, uma vez que os

aposentados não recebem o vale-compras... De todo modo, além do reajuste salarial, um novo valor para o vale-compras foi reivindicado à Administração. Ambos negados. Meses depois – e mais próximo da campanha eleitoral –, a chefe do Executivo anunciou o adiantamento como se fosse algo legítimo para este ano. É importante frisar que, apesar de parecer aumento, Suéllen está apenas adiantando o que seria concedido posteriormente. Uma atitude desesperada da prefeita que vive o maior desgaste político de seu governo, desde que virou alvo de investigações por irregularidades na compra de imóveis.

Além de não contar toda a história aos servidores, a prefeita resistiu a incluir os servidores da administração indireta na medida. Não fosse a pressão da categoria, os funcionários do Departamento de Água e Esgoto (DAE) e da Fundação de Previdência dos Servidores Públicos Municipais Efetivos de Bauru (Funprev) seriam deixados para trás. Apenas no dia 27 de junho, uma emenda modificativa ao Projeto de Lei que a princípio atendia apenas os profissionais da administração direta foi enviada pela prefeitura à Câmara Municipal, ampliando a concessão do reajuste para os servidores do DAE e da Funprev.

Em mensagem publicada pelas redes sociais, a prefeita alegou que a Emdurb não concederá o adiantamento aos funcionários pois a empresa enfrenta dificuldades financeiras.

APOSENTADOS

Os aposentados constituem um capítulo à parte nos imbróglios de Suéllen Rosim. Eles têm sido especialmente penalizados desde a chegada da mandatária ao Palácio das Cerejeiras e mais uma vez não serão beneficiados. Além

de não receberem o vale-compras, os inativos vivem sob constante ameaça, já que a atual gestão tenta impor alíquotas previdenciárias cada vez mais altas para equalizar o déficit da Funprev.

Reiteramos: o déficit é fruto de dívidas da prefeitura com a Fundação, os servidores não podem pagar a conta sozinhos!

AUTORITARISMO E FALTA DE DIÁLOGO

O Sinserm é favorável a toda e qualquer medida que possa beneficiar os servidores públicos de Bauru, ou aliviar as dificuldades enfrentadas pela categoria no dia-a-dia. O que nos causa espanto e indignação é a falta de diálogo e vocação democrática da chefe do Executivo, que desde o início da Campanha Salarial de 2022 tenta desmobilizar e dividir a categoria.



PLANTÃO DE ATENDIMENTO JURÍDICO – SINSERM

Todas as **terças-feiras**, das **15h30 às 19h00**

O agendamento pode ser feito todos os dias, pelos canais de comunicação do sindicato:

(14) 3227-8999 /
(14) 3227-9122
contato@sinserm.com.br

Endereço: Rua Saint Martin, 14-38



AGENTES ADMINISTRATIVOS INTENSIFICAM LUTA PELA VALORIZAÇÃO DA CATEGORIA

No dia 8 de junho, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sinserm), recebeu um grande grupo de agentes administrativos, mobilizados pela valorização da categoria. Eles reivindicam a equiparação salarial entre agentes e técnicos administrativos, uma vez que, na maioria dos casos, desempenham as mesmas funções.

A busca pela isonomia se estende há mais de seis anos, e atravessou as gestões de Rodrigo Agostinho, Clodoaldo Gazzetta, caindo no colo da atual prefeita, Suéllen Rosim.

No último encontro entre o Executivo e os agentes, pontuamos que vários estudos de impacto orçamentário já foram realizados e até um parecer do Conselho Interno de Políticas de Administração e Remuneração (Cipar) reconheceu que os profissionais de fato desempenham as mesmas funções. O jurídico da prefeitura também chegou a se manifestar pela legalidade da reivindicação.

A prefeita Suéllen Rosim reconhece o problema, mas alega que depende de uma consultoria para rever os salários de todo o funcionalismo público da cidade e então tomar qualquer providência. Até lá, Rosim afirma não poder atender o pleito dos agentes.

É importante lembrar que um Projeto de Lei (PL) já foi enviado à Câmara

Municipal a fim de solucionar a disparidade, mas diante da Lei Complementar (LC) 173, do governo federal – que congelou os gastos públicos durante a pandemia de Covid-19 –, foi retirado da pauta. Agora, o projeto está parado no jurídico.

Em reunião realizada no dia 12 de abril, o Sinserm solicitou um posicionamento do jurídico para tomar conhecimento do processo e traçar uma estratégia junto à categoria. Superado o prazo de 10 dias sem nenhuma resposta, os agentes voltaram a se mobilizar e pediram uma reunião com esta entidade. Atendemos prontamente e, num belo exemplo de organização de classe, mais de 40 servidores compareceram à sede do sindicato nesta quarta.

Após quase três horas de discussões, os agentes deliberaram que o enviarão, através do Sinserm, mais um ofício ao Executivo, solicitando uma posição definitiva a respeito do processo administrativo que tramita na prefeitura. Aguardaremos, portanto, um prazo máximo de 30 dias para que a Administração dê uma devolutiva. Caso não haja resposta, medidas mais incisivas serão tomadas.

Estimamos que atualmente o Município tenha cerca de 380 agentes administrativos em toda sua estrutura, empenhados em dar suporte

à quase todas as secretarias. São profissionais imprescindíveis para o funcionamento do serviço público e tal qual a importância de suas funções, deve ser o reconhecimento e a valorização dos mesmos.



/sinserm



**CURTA A PÁGINA DO
SINSERM NO FACEBOOK**

**FORTALEÇA SEUS
DIREITOS!**

Sindicalize-se

Aproveite as **vantagens da filiação e ajude a manter a luta do funcionalismo público viva.**

Aponte a câmera do celular ou um leitor de QR Code para o código ao lado e preencha o formulário.

